

Governo Lula avança com hidrelétrica que impacta yanomamis e não apresenta estudo sobre indígenas

A EPE (Empresa de Pesquisa Energética), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, avançou na execução do projeto de uma usina hidrelétrica que impacta a Terra Indígena Yanomami, em Roraima.

A empresa pública concluiu o estudo e o relatório de impacto ambiental, conhecidos pela sigla EIA/Rima, da usina Bem Querer e os protocolou no último dia 25 no Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), para obtenção da licença prévia. O avanço do governo Lula (PT) em relação ao projeto de geração de energia hidrelétrica, porém, não foi acompanhado dos estudos necessários sobre os impac-

tos previstos para terras indígenas na região.

Esse tipo de análise é obrigatório em caso de grandes empreendimentos como uma usina hidrelétrica, e é chamado ECI (estudo de componente indígena).

O EIA/Rima foi protocolado no Ibama sem o ECI, embora o próprio estudo de impacto ambiental aponte influência da hidrelétrica na terra yanomami e em outros territórios tradicionais em Roraima.

“A Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas] já indicou que falta a inclusão do ECI, documento que será solicitado pelo Ibama para o aceite do estudo ambiental”, afirmou o Ibama à Folha. “A publicação do edital de aceitação do EIA dependerá da finalização da fase de análise,

na qual serão avaliadas todas as exigências legais previstas para essa etapa.”

A EPE não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Em fevereiro de 2023, poucos dias após a declaração de emergência em saúde pública na terra yanomami, em razão da crise humanitária vivenciada pelos indígenas, a Funai enviou ofício ao MME em que disse não ser possível a realização de reuniões sobre a elaboração do ECI junto às “comunidades indígenas potencialmente afetadas no território yanomami”.

“A Funai não recomenda que os estudos sejam realizados apenas com subsídios em dados secundários”, cita o ofício, enviado também ao Ibama.

Vinicius Sassine/Folhapress



Economia



Empresários esperam ajuste fiscal ‘definitivo’ com cortes em benefícios

Página - 03

Política

Planalto prevê novas reuniões com Desenvolvimento Social e Previdência sobre cortes

Página - 04

Orçamento de 2025 não tem dinheiro para Censo Agro nem Contagem da População

Página - 04

Mais de 1,45 mi de famílias passaram a ter dívidas nos últimos anos

Página - 03



“Nos próximos cinco anos, veremos o auge das energytechs no Brasil”, afirma CEO do Energy Summit

Página - 05



Agger anuncia nova diretoria de Dados e Inteligência Artificial sob comando de Cleiton Wasen

Página - 05

No Mundo

Kamala chega ao dia D com vantagem sobre Trump em projeções nos EUA



Kamala Harris chegou ao dia D das eleições americanas com vantagem sobre Donald Trump em projeções eleitorais. Até esta terça-feira (5), a menos de 24 horas do fim da votação, oito de dez veículos de mídia e centros de análise previam uma vitória da democrata, e apenas dois, do republicano.

A diferença no número de delegados que cada um obteria segundo esses modelos estatísticos, porém, varia bastante, de 2 a 78 representantes, segundo a lista de plataformas reunida pelo agregador de pesquisas Interactive Polls.

A eleição para presidente no país é indireta, por meio do

Colégio Eleitoral, composto por 538 delegados divididos proporcionalmente entre os 50 estados. Para se eleger, Kamala ou Trump precisam alcançar pelo menos 270 deles, mesmo que não tenham a maioria dos votos populares.

Entre os portais que projetam a vitória da vice-presidente, por exemplo, está o Sabato's Crystal Ball, um centro de análises referência em projeções eleitorais, vinculado à Universidade da Virgínia. Eles estimam um placar final de 276 delegados para a democrata e 262 para o republicano.

A previsão dos especialistas é que ela deve vencer nos estados de Pensilvânia,

Michigan, Wisconsin e Nevada. Já ele deve levar Arizona, Carolina do Norte e Geórgia. A projeção leva em conta as pesquisas mais recentes de intenção de voto e a exposição negativa do republicano nos últimos dias.

“Se Harris vencer, isso pode ser um indicador de que os últimos dias de uma campanha podem fazer diferença, mesmo em um momento em que tantos votam antes do dia da eleição. Não vamos recapitular as várias manchetes sobre Trump e seus aliados nos últimos dez dias, mas pergunte a si mesmo: Trump terminou esta corrida em alta?”, escrevem os autores da projeção.

Folhapress

Alemanha prende oito por suspeita de tramocar golpe de Estado e volta do nazismo



Centenas de policiais e promotores alemães prenderam oito pessoas nesta terça-feira (5) sob a suspeita de tramocar um golpe de Estado e “estabelecer estruturas governamentais e sociais inspiradas no nazismo”.

Os militantes de extrema direita buscavam, segundo o Ministério Público, dar um golpe na Saxônia e em outros estados que compunham a antiga Alemanha Oriental. O grupo teria aproximadamente 20 integrantes, existia desde 2020 e promovia treinamentos com armas, um indicativo de sua periculosidade, segundo as autoridades.

Ucrânia diz ter atacado tropas da Coreia do Norte na Rússia pela 1ª vez

O exército ucraniano afirmou nesta segunda-feira (4) ter atacado pela primeira vez as tropas da Coreia do Norte na região russa de Kursk.

O presidente ucraniano Volodimir Zelenski afirmou que ao menos 11 mil militares norte-coreanos estão na região. O objetivo das tropas seria ajudar o exército do Kremlin a expulsar os soldados ucranianos, na região desde agosto, informação também confirmada por autoridades dos EUA.

Kursk fica na fronteira entre Rússia e Ucrânia. O presidente russo Vladimir Putin firmou acordo militar

com a Coreia do Norte em junho deste ano.

“Discutimos a Operação Kursk com nossa liderança militar, marcando quase três meses de ações ativas. É uma ação importante, perto da nossa fronteira (...). Houve um aumento na presença das forças norte-coreanas na região. Mas, infelizmente, não vemos aumento na resposta de nossos parceiros”, afirma Zelenski.

Choe Son Hyu, ministra norte-coreana de Relações Exteriores, disse que seu país apoiará Moscou até sua vitória. Ela está em visita à Rússia há uma semana.

Herculano Barreto/Folhapress



Também de acordo com os promotores, os “separatistas da Saxônia”, como se autointitulavam, defendiam o “colapso da civilização” e pregavam uma “ideologia racista, antisemita e ideias apocalípticas”.

O grupo seria adepto da teoria do “dia X”, comum entre militantes de extrema direita, que projeta para data próxima uma infundada falência política e social dos governos. Isso criaria a oportunidade de estabelecer uma nova ordem, no caso o nazismo.

Teoria semelhante foi encontrada em diálogos de militantes extremados dos EUA, segundo investigação do

jornal The New York Times publicada nesta semana. O diário americano vasculhou milhões de mensagens transmitidas pelo Telegram, com planos e palavras de ordem relativas ao processo eleitoral no país. Há inclusive manifestações que sugerem reação armada se Donald Trump não for declarado o vencedor do pleito, que ocorre nesta terça-feira (5).

Sete dos suspeitos foram presos em Leipzig, Dresden, a capital do estado, e Meissen. O suposto líder do grupo foi capturado em uma cidade fronteiriça, na Polônia, e buscas foram realizadas na Áustria.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Empresários esperam ajuste fiscal 'definitivo' com cortes em benefícios



Enquanto o governo promete entregar um pacote de corte de gastos nos próximos dias, o empresariado faz acenos de quem tem otimismo e expectativa de que surgirão medidas satisfatórias. Depois do recado duro enviado pelo mercado na semana passada, que levou o dólar ao maior patamar desde maio de 2020 e fez o ministro Haddad suspender a viagem à Europa, a mensagem ficou mais branda.

Luiz Carlos Trabuco, presidente do conselho de administração do Bradesco, diz acreditar que o país está na direção correta. "O sentimento é o de que o governo está consciente da importância de um ajuste fiscal de uma maneira enfática e definitiva para este ano", disse o ban-

queiro na segunda-feira (5).

Questionado se tem expectativa de que o anúncio realmente sairá nesta semana, conforme Haddad prometeu, ele diz acreditar que o governo está trabalhando objetivamente. "Acho que há uma consciência, uma expansão da consciência com relação à importância do corte de gastos", afirma Trabuco.

Também com palavras favoráveis, Rubens Menin, dono da CNN e da MRV, diz que a tal conscientização não está só no ministro Haddad, mas também no presidente Luiz Inácio Lula da Silva e no Congresso, além de ter chegado à sociedade em geral. "Os políticos são muitos perspicazes. Eu acho que, hoje, eles já entendem que a redução de juros através do

corte de despesas é benéfica. E os políticos vão apoiar", afirma o empresário.

"Vou dar um exemplo correlato. Na reforma da Previdência, enquanto toda a sociedade não compreendeu que a Previdência não era para trazer desigualdades, mas para trazer igualdade, aquilo não saiu. Então, nós temos de entender que os cortes de custos vêm em prol da sociedade. A inflação é nociva, do mais pobre ao mais rico. Toda vez que você faz uma medida, às vezes um pouco dura, mas que traga um benefício maior, a sociedade apoia. Então, se algum setor perder algum benefício, nós vamos entender que é em prol de uma maioria. E os políticos pensam assim", diz Menin.

Joana Cunhe/Folhapress

Mais de 1,45 mi de famílias passaram a ter dívidas nos últimos anos



Estudo feito pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) aponta que 77% das famílias têm alguma dívida, como conta sem pagar e financiamento imobiliário, o que significa que 1,45 milhão de famílias a mais assumiram dívidas nos últimos dois anos. Segundo a pesquisa, 29% das famílias têm contas em atraso e 13% disseram não ter condições ou perspectivas de quitar os débitos.

A pesquisa ouviu 18 mil famílias em 27 capitais em julho. Mais da metade das famílias endividadadas (52%) vivem nos estados do Sudeste.

As capitais com maior quantidade de famílias en-

dividadadas são: São Paulo (2.888.081), Rio de Janeiro (2.028.143), Distrito Federal (765.823), Belo Horizonte (744.993) e Fortaleza (712.465).

Em termos de porcentagem Porto Alegre e Vitória, tem registro de 91% das famílias nessa situação. Em Belo Horizonte, Boa Vista e Curitiba, o percentual é de 90% e em Fortaleza, 88%. Já Campo Grande e Salvador (66%), Goiânia e Macapá (68%) e Belém (69%) apresentam percentuais menores.

O percentual de famílias endividadadas cresceu em quatro capitais em 2024 na comparação com 2022. O aumento ocorreu em Teresina (de 61% para 86%), João Pessoa (78% para 87%), Porto Velho (72%

para 84%) e Fortaleza (71% para 88%). Houve queda em Rio Branco (89% para 77%), São Paulo (75% para 68%) e Curitiba (95% para 90%) no mesmo período analisado.

Em nota, a FecomercioSP explica que as diferenças entre as capitais estão relacionadas às "condições macroeconômicas de cada estado e região, em que indicadores como inflação, juros e renda familiar criam circunstâncias distintas pelo país, e quanto maior o número de famílias convivendo com dívidas mais caro fica o crédito no mercado, elevando, como consequência, o risco de inadimplência, principalmente em um cenário de juros altos ou inflação pressionando o consumo".

Guilherme Jeronymo/Folhapress

Bancos devolveram ao INSS quase R\$ 8 bi em benefícios não sacados desde 2023

Entre janeiro de 2023 e setembro deste ano, os bancos devolveram ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) mais de R\$ 7,88 bilhões relativos a benefícios que os segurados deixaram de sacar no prazo legal.

Do total, pouco mais de R\$ 4,95 bilhões foram restituídos ao longo do ano passado. Já entre janeiro e setembro deste ano, o montante estornado superou R\$ 2,94 bilhões.

A legislação determina que, se o segurado não sacar o valor depositado pelo INSS em até 60 dias, o banco deve devolvê-lo integralmente ao instituto. A medida se aplica apenas a quem usa o cartão magnético do órgão para movimentar o benefício recebido.

Segundo o instituto, o objetivo é evitar pagamentos indevidos e tentativas de fraude, como o saque, por terceiros, do benefício de segurados que já morreram. Além disso, por precaução, sempre que a quantia depositada é devolvida por falta de movimentação, o INSS suspende futuros pagamentos ao beneficiário.

Ainda de acordo com o órgão, o beneficiário pode

pedir a regularização de sua situação e a posterior liberação dos recursos a que tem direito. De forma que o instituto poderá voltar a liberar ao menos parte dos R\$ 7,88 bilhões para segurados que, em um segundo momento, conseguiram provar fazer jus ao benefício.

Indagado pela Agência Brasil, o INSS respondeu que, até a última quinta-feira (31), ainda não havia calculado o número de segurados cujos benefícios foram devolvidos, a partir de janeiro de 2023, por falta de movimentação. Nem quantos deles regularizaram suas situações. O INSS também não soube informar a cifra final devolvida ao Tesouro Nacional no mesmo período de 21 meses.

"Isso não é incomum", assegurou o advogado Mauro Hauschild. Especialista em direito previdenciário, ele presidiu o INSS entre 2011 e 2012. "Até porque, esses recursos devolvidos pelos bancos voltam para uma espécie de conta única, o Fundo do Regime Geral de Previdência Social, no qual o governo coloca dinheiro todos os meses a fim de pagar os benefícios, já que a arrecadação é menor que a despesa."

ABR

Política

Planalto prevê novas reuniões com Desenvolvimento Social e Previdência sobre cortes



O Palácio do Planalto vai seguir nesta terça-feira (5) com as reuniões com ministros cujas pastas devem ser atingidas pelo pacote de corte de gastos em elaboração pela equipe econômica.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, deve realizar uma reunião com os titulares do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, e da Previdência Social, Carlos Lupi. Ao contrário do encontro desta segunda-feira (4), as reuniões serão na Casa Civil e sem a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Os ministérios que são chamados ao Palácio do Planalto fornecem um indicativo de onde podem ser feitos os

cortes pela equipe econômica. Entre as propostas em estudo, por exemplo, está a adoção de um limite global para as despesas obrigatórias, que seguiria o mesmo índice de correção do arcabouço fiscal (expansão de até 2,5% acima da inflação ao ano) com gatilhos de correção.

Mudanças relativas a seguro-desemprego, abono salarial e BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, também estão sendo debatidas.

A segunda rodada de discussões com ministro sobre as medidas de corte de gastos, acontece um dia após o ministro Fernando Haddad ter declarado que as medidas do pacote de corte de gastos estavam adiantadas “do pon-

to de vista técnico” e mostrou otimismo quanto ao desfecho das discussões nos próximos dias. “Em relação à Fazenda, tem várias definições que estão muito adiantadas. O presidente passou o final de semana, inclusive, trabalhando no assunto, pediu que técnicos viessem a Brasília para apresentar detalhes para ele. Eu penso que nós estamos na reta final”, disse, acrescentando que as medidas deveriam ser apresentadas ainda nesta semana.

Horas após a sua declaração, Lula realizou uma reunião fora da sua agenda no Palácio do Planalto para discutir o corte de gastos, com Haddad, Rui Costa e com as ministras da equipe econômica Simone Tebet e Esther Dweck.

Folhapress

Orçamento de 2025 não tem dinheiro para Censo Agro nem Contagem da População



O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não incluiu na proposta de Orçamento de 2025 os recursos necessários para viabilizar a realização do Censo Agropecuário e da Contagem da População no ano que vem.

O primeiro levantamento já está em preparação e vai coletar informações sobre todos os estabelecimentos agropecuários no país, detalhando as atividades desenvolvidas e as características dos produtores.

O segundo, por sua vez, é uma pesquisa censitária que deveria atualizar os números da população captados no último Censo Demográfico, realizado em 2022 e que foi

Senado vota PL do mercado de carbono sem obrigações para o agro

O Senado aprovou nesta terça-feira (5) a urgência do projeto de lei que institui o mercado de carbono de fora das obrigações. O texto foi negociado entre o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e parlamentares nos últimos dias.

O texto funcionaria como um cartão de visitas do governo na 29ª Cúpula das Nações Unidas para o Clima (COP 29), que começa em menos de uma semana, mas não prevê cortes nem mensurações de emissões no setor que é um dos principais geradores de gases de efeito estufa do país. A agropecuária participará apenas de forma voluntária.

A agronegócio é o segundo maior responsável pelos gases de efeito estufa no Brasil, com 27% do total, de acordo com dados do SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa) do Observatório do Clima. O setor só perde para o chamado uso da terra, que inclui

o desmatamento, com 48%.

Do total do agro, 64% é emitido pela chamada fermentação entérica -as emissões de metano no projeto digestivo dos animais ruminantes (bovinos, ovinos, caprinos etc). Outros 29% vêm do incremento de nitrogênio via uso de insumos e operações de manejo de solo agrícola.

Mário Lewandowski, sócio e diretor de novos negócios da AGBI Real Assets, afirma que deixar o agro de fora será um erro. Primeiro pelo dano reputacional. E segundo pelo que ele vê como perda de oportunidade, pois entende que o produtor rural teria muito a ganhar.

“Você está deixando dinheiro na mesa. Se você não vai ser obrigado a fazer essa mensuração [do carbono no campo], é pouco provável que os fazendeiros queiram fazer. Porque você tem um dispêndio de dinheiro e o retorno vem ao longo de 15 anos”, disse. “O grande potencial do Brasil de geração de carbono está nas áreas rurais, não nas cidades.”

Folhapress



alvo de controvérsias após uma série de atrasos.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), presidido por Marcio Pochmann, pediu ao governo R\$ 649,6 milhões para a realização do Censo Agropecuário, mas só R\$ 27 mil foram incluídos na proposta orçamentária.

A reportagem procurou o órgão, via assessoria de imprensa, em três ocasiões desde 17 de setembro, mas não obteve resposta em nenhuma delas.

O IBGE só prestou as informações após solicitação via LAI (Lei de Acesso à Informação), que dá um prazo de até 30 dias para a resposta e cujo descumprimento pode gerar punições.

Em 24 de outubro, o órgão respondeu que os R\$ 649,6 milhões que faltam para a realização do Censo Agropecuário “foram registrados como solicitação de expansão (restrição) e aguardam avaliação por parte do Ministério do Planejamento e Orçamento”.

Segundo técnicos do governo, a aposta do Executivo é tentar obter os recursos por meio de emendas parlamentares. A bancada do agro teria interesse direto na realização do levantamento devido ao valor dos dados para o setor.

A preparação da Contagem da População, por sua vez, é mais complexa. Além da falta de dinheiro, o IBGE não tem neste momento capacidade operacional para abrir mais essa frente.

Folhapress

“Nos próximos cinco anos, veremos o auge das energytechs no Brasil”, afirma CEO do Energy Summit



No ano passado, a participação das renováveis na Oferta Interna de Energia (OIE) brasileira aumentou para 49,1%, segundo dados do Balanço Energético Nacional 2024 da Empresa de Pesquisa Energética em parceria com o Ministério de Minas e Energia (MME). O Brasil se mantém acima da média mundial que é de 15%. O MIT Technology Review lançou um relatório de megatendências para a transição energética, baseado nos resultados do Energy Summit 2024, e conversamos com o CEO do evento e ex-participante do Comitê de Cleantechs da Abstartups, Hudson Mendonça, para entender as oportunidades para energytechs, startups do setor, nesse movimento.

Segundo Mendonça, para o setor de energia, a transição energética é guiada por uma visão dos “quatro Ds”, um consenso no setor: a descarbonização, tornando-o carbono neutro, com o uso de fontes renováveis; a digitalização, pois é um setor que ainda é muito físico e precisa de mais soluções digitais, como inteligência artificial, blockchain e IoT; a descentralização, substituindo grandes plataformas de petróleo e usinas hidrelétricas por unidades menores, incluindo pequenos reatores nucleares; e a democratização, que busca garantir o acesso universal a essa mudança.

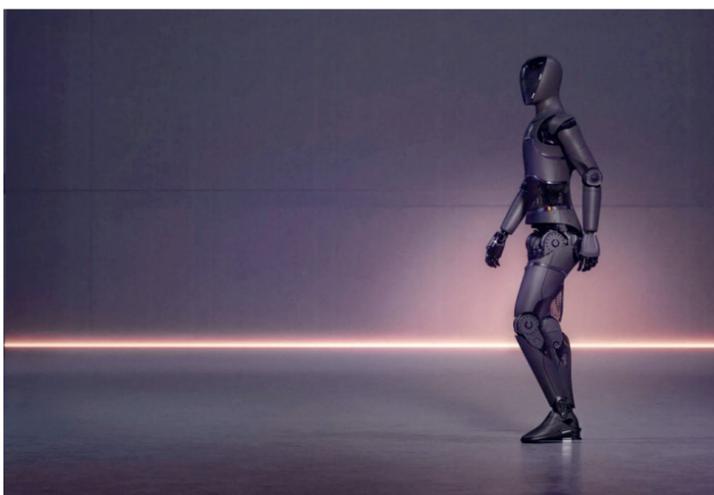
“O Brasil tem potencial para liderar essa transição energética mundial, com o investimento global crescente e o empreendedorismo na-

cional se integrando cada vez mais ao ecossistema global. O desafio agora é aproximar esses dois mundos”, explica o executivo.

A energia solar surge como protagonista desse movimento, sendo projetada para se tornar a fonte de energia mais acessível no futuro. A Desperta, energytech que começou como subsidiária da Mutual, é um exemplo de empresa que encontrou novas formas de tornar a energia solar viável e vantajosa para o consumidor. “A Desperta quer levar o benefício da geração solar diretamente para o consumidor, não apenas como um desconto, mas como um ganho real e duradouro. A experiência do usuário deve ser livre de atritos”, afirma Marciliano Freitas, CEO da Desperta.

Startupi

Startup Physical Intelligence levanta US\$ 400 milhões para software de robôs



A startup norte-americana Physical Intelligence anunciou na segunda-feira (4) que arrecadou US\$ 400 milhões em uma rodada de financiamento inicial, com a participação de investidores de peso como Jeff Bezos, fundador da Amazon, e empresas de capital de risco como Thrive Capital e Lux Capital. Essa captação avaliou a empresa em US\$ 2 bilhões, conforme informações da PitchBook. O foco da Physical Intelligence é desenvolver um software que possa ser utilizado em qualquer robô, eliminando a necessidade de criar programas específicos para cada tarefa.

O investimento em inteligência artificial (IA) tem crescido exponencialmente, com

gigantes da tecnologia como Microsoft, Google, Meta, Amazon e Nvidia destinando bilhões de dólares para essa área. A previsão da empresa de capital de risco Accel é que o financiamento para empresas de IA e computação em nuvem nos Estados Unidos, Europa e Israel alcance US\$ 79,2 bilhões até o final de 2024. Esse cenário tem atraído diversas startups para o setor de robótica, como Vicarious, adquirida pela Intrinsic, controlada pela Alphabet, em 2022, além de Universal Robots, Seegrid e Covariant.

Elon Musk, por sua vez, fez previsões audaciosas sobre o futuro da robótica, afirmando que até 2040 haverá pelo menos 10 bilhões de robôs humanoides, com preços variando entre US\$

20 mil e US\$ 25 mil. Recentemente, Musk apresentou a versão mais atualizada do robô humanoide Optimus durante um evento que também destacou o táxi autônomo da Tesla. Essas inovações refletem a crescente interseção entre tecnologia e automação. Na semana passada, a Physical Intelligence divulgou um artigo que detalha as capacidades de seu software, denominado $\pi 0$ (pi-zero). Esse software é capaz de realizar tarefas como dobrar roupas, organizar mantimentos e retirar torradas de uma torradeira, demonstrando o potencial da empresa em transformar a interação entre humanos e robôs. A evolução desse tipo de tecnologia pode ter um impacto significativo em diversas indústrias.

Fusões & Aquisições

Agger anuncia nova diretoria de Dados e Inteligência Artificial sob comando de Cleiton Wasen

Agger, plataforma de gestão e cotações de seguros do Brasil, anuncia Cleiton Wasen como o novo diretor de Dados e Inteligência Artificial, inaugurando a criação de uma área dedicada a desenvolver soluções que aprimorem produtos e serviços. A nova diretoria terá a missão de implementar estratégias de dados e IA para apoiar clientes internos e externos, otimizando a oferta de seguros e fortalecendo a posição da empresa como referência em tecnologia no mercado.

A contratação de Cleiton, ex-diretor de desenvolvimento da Infocap Tecnologia, integra o plano de expansão da Agger no setor segurador. Com 24 anos de experiência na Infocap, empresa adquirida pela Agger em janeiro de 2023, o executivo traz ao cargo uma trajetória de inovação tecnológica e foco em desenvolvimento de produtos.

“Assumir a direção de Dados e IA na Agger representa uma oportunidade de

contribuir para o desenvolvimento de um setor dinâmico e em constante evolução. A Agger possui um banco de dados robusto e valioso que pode desempenhar um papel fundamental na transformação digital do mercado de seguros. Com a nova área, reforçamos nosso compromisso de oferecer soluções tecnológicas e serviços alinhados com a inovação,” comenta Cleiton.

Wasen contará com uma equipe especializada em Inteligência Artificial e Business Intelligence (BI), focada na criação de soluções para aprimorar a experiência dos clientes e a competitividade dos produtos. Uma das principais metas é construir uma base sólida para que a Agger avance na coleta, organização e análise de dados do setor segurador, com o objetivo de implementar ferramentas avançadas de BI e IA, que atendam às demandas por produtos cada vez mais personalizados e orientados por dados.

Startupi





Publicidade Legal

Score Latin América Consultoria e Promoções S.A.

CNPJ nº 03.963.135/0001-40

A Score Latin América Consultoria e Promoções S/A., é uma companhia que Paulo/SP. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas tem por objeto social a atividade de publicidade, propaganda, coordenação de campanhas publicitárias, promoção e ou produção de espetáculos artísticos, uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados emre culturais e esportivos, dentre outros. Constituída em 2 de agosto de 2000 essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliado no Brasil. O absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de des endereço registrado na Companhia é Rua Iguatemi, 236, Loja 1, Itaim Bibi, São serem atribuídos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
2023	2022	Capital social	Reserva legal
Ativo circulante		Saldos em 31/12/2021	Total
Caixa e equivalentes de caixa	89 713	5.856 1.171	7.027
Contas a receber	23.617 35.355	- -	11.840 11.840
Tributos a recuperar	1.300 722	- -	(11.840) (11.840)
Partes relacionadas	1.367 5.452	5.856 1.171	- 7.027
Outros ativos	910 943	- -	4.605 4.605
Total do ativo circulante	27.281 43.185	Saldos em 31/12/2022	Total
Ativo não circulante		5.856 1.171	7.027
Impostos diferidos	3.279 2.693	- -	4.605 4.605
Imobilizado	380 561	- -	(4.605) (4.605)
Intangível	1.083 711	5.856 1.171	- 7.027
Total do ativo não circulante	4.743 3.965	Saldos em 31/12/2023	Total
Total do ativo	32.024 47.150	5.856 1.171	7.027
Passivo circulante		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
Fornecedores e risco sacado	13.052 23.881	2023 2022	
Obrigações tributárias	1.135 1.245	Receita líquida	71.868 68.820
Obrigações trabalhistas	3.650 2.328	Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(47.597) (28.969)
Dividendos a pagar	5.567 11.840	Lucro bruto	24.271 39.851
Partes relacionadas	1.024	Despesas (Receitas) operacionais	
Outros passivos	30 790	Despesas gerais e administrativas (19.103) (24.270)	
Total do passivo circulante	24.457 40.084	Despesas comerciais (353) (445)	
Passivo não circulante		Outras (despesas) receitas operacionais 1 (208)	
Provisões para contingências	540 39	Lucros antes do resultado financeiro	4.816 14.928
Total do passivo não circulante	540 39	Despesas financeiras (695) (412)	
Patrimônio líquido		Receitas financeiras 71 23	
Capital Social	5.856 5.856	Lucro antes do IRPJ e CSLL	4.192 14.539
Reserva Legal	1.171 1.171	IRPJ e CSLL corrente (250) (2.450)	
Total do patrimônio líquido	7.027 7.027	IRPJ e CSLL - diferido 663 (249)	
Total do passivo e patrimônio líquido	32.024 47.150	Lucro líquido do exercício	4.605 11.840
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
2023 2022		2023 2022	
Lucro líquido do exercício	4.605 11.840	Lucro líquido do exercício	4.605 11.840
Ajustes acumulados de conversão	- -	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	
Resultado abrangente total do exercício	4.605 11.840	Depreciação e amortização 1.188 1.209	
		Impostos diferidos (633) 249	
		Provisão (reversão) de contingências 501 (165)	
		Variação nas contas de ativos e passivos operacionais	

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 04/06/2024. A Diretoria da Companhia declarou que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações contábeis da Companhia e com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023. As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31/12/2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis a entidades de pequeno e médio porte, especificamente à interpretação Técnica Geral (ITG) 1000, conforme Resolução do CFC, número 1.148/2012.

A DIRETORIA: Mauro Faustino da Silva Junior - Vice-Presidente de Finanças | Claudemir Aparecido de Carvalho - Contador - CRC ISP193253/O-8

Pluxee Benefícios Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 69.034.668/0001-56 - NIRE 35.300.368.169

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2024

1. Data, Hora e Local: 21 de outubro de 2024, às 10h00, na sede social da Pluxee Benefícios Brasil S.A. ("Companhia"), no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7.221, conjuntos 801, 901 e 1.201, Bloco A, andares 8, 9 e 12, Edifício Birmann 21, Pinheiros, CEP: 05425-902. **2. Quorum:** Acionistas representando 100% do capital social da Companhia. **3. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, conforme disposto no artigo 8º, parágrafo único, Estatuto Social da Companhia e artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **4. Mesa:** Presidente: Sr. Thierry Noel Michel Guihard; Secretário: Sr. Guilherme Rocha Vieira. **5. Ordem do Dia:** Deliberar acerca (i) da ratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, datada do dia 24 de maio de 2024, às 13h, e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob nº 301.729/24-4, em sessão do dia 12 de agosto de 2024, para retificar o item (vii) da deliberação da referida assembleia e reincluir o item (i.a) "criação e o oferecimento de Programas destinados à promoção e monitoramento da saúde e ao aprimoramento da segurança alimentar e nutricional dos trabalhadores." no objeto social da Companhia; e (i.b) o item "VI" do Artigo 15º do Estatuto Social da Companhia e (ii) da consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Após exame e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os acionistas deliberaram, sem quaisquer ressalvas, o quanto segue: (i) Aprovar a ratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24 de maio de 2024, para retificar o item (vii) da deliberação da referida Assembleia e reincluir (i.a) o item "criação e o oferecimento de Programas destinados à promoção e monitoramento da saúde e ao aprimoramento da segurança alimentar e nutricional dos trabalhadores", que, por equívoco, foi suprimido do objeto social da Companhia na versão ratificada do Estatuto Social, conforme registrado na referida Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24 de maio de 2024; e (i.b) o item "VI. Manifestar-se, previamente, sobre os seguintes atos de competência da Diretoria: (a) transações comerciais cujo valor envolvido ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 75.000.000 (setenta e cinco milhões euros), convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; (b) aquisições, por qualquer forma, de ativos imobilizados, tangíveis ou intangíveis, cujo valor ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 200.000 (duzentos mil euros), convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, por transação, observando-se ainda o limite orçamentário do investimento; (c) aluguéis, empréstimos e negociações de todos os tipos de direitos reais ou pessoais, quando o limite máximo do valor equivalente em moeda nacional a € 333.000 (trezentos e trinta e três mil euros), convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; (d) quaisquer tipos de ordens pagamentos e/ou transações bancárias, cujo valor, por transação, ultrapassar o equivalente em moeda nacional a € 10.000.000 (dez milhões de euros) para terceiros e/ou até a quantia de € 25.000.000 (vinte e cinco milhões de euros) entre contas de titularidades da Companhia, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado; e (e) contratação, demissão de empregados, colaboradores, prestadores de serviço envolvendo a contratação de mão de obra especializada, assinatura de acordos, transações neste âmbito, cujo valor ultrapasse o equivalente em moeda nacional a € 100.000 (cem mil euros) por ano, convertidos segundo a média entre as taxas de venda e compra no mercado de câmbio comercial válida para o dia imediatamente anterior à data do ato considerado, bem como aprovar a remuneração dos principais executivos da Companhia e/ou das sociedades por ela controladas, caso tal remuneração, computando-se salário, benefícios e outros direitos a qualquer título ultrapasse o valor acima." no Artigo 15º do Estatuto Social da Companhia, que, por equívoco, foi suprimido na versão ratificada do Estatuto Social, conforme registrado na Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24 de maio de 2024. (ii) Em razão das deliberações acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a redação constante do Anexo I à presente ata. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta, a qual, após ter sido reaberta a sessão foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Sr. Thierry Noel Michel Guihard (Presidente); Sr. Guilherme Rocha Vieira (Secretário); Acionistas: Pluxee International (p.p. Bernarda Briceño Ramirez), Pluxee Pay Brasil Ltda. (Thierry Noel Michel Guihard) e Banco Santander (Brasil) S.A. (p.p. Mariana São Marcos de Alvarenga). A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo, 21 de outubro de 2024. JUCESP nº 376.620/24-9 em 30/10/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Dólar fecha em baixa, a R\$ 5,74, com fiscal no radar e eleição presidencial nos EUA



O dólar se firmou em baixa no Brasil durante a tarde desta terça-feira, 5, após o governo antecipar um encontro de ministros em Brasília para discutir medidas na área fiscal, em um dia de cautela nos mercados globais com a eleição presidencial nos Estados Unidos.

O dólar à vista fechou o dia em baixa de 0,62%, cotado a R\$ 5,7472. No ano, porém, a divisa acumula alta de 18,46%. Veja cotações.

Às 17h04, na B3 o contrato de dólar futuro de primeiro vencimento caía 0,82%, a 5,7575 reais na venda.

O Ibovespa fechou praticamente estável nesta terça-feira, tendo Itaú Unibanco como destaque com avanço

de 2,7% após resultado trimestral, com o maior banco do país revisando para cima a previsão de crescimento de crédito e sinalizando dividendo extraordinário para 2024.

Expectativas relacionadas a um aguardado pacote fiscal do governo também afetaram as negociações na B3, assim como apostas sobre o desfecho da eleição presidencial republicana Donald Trump.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa encerrou com variação positiva de 0,11%, a 130.660,75 pontos, tendo marcado 129.692,26 pontos na mínima e 130.768,59

pontos na máxima do dia. O volume financeiro no pregão somou 19,5 bilhões de reais.

No início do dia a moeda norte-americana chegou a subir ante o real, para acima de 5,80, se recuperando após o forte recuo da véspera.

Mas a divisa retornou para perto da estabilidade ainda pela manhã, com investidores de olho nas eleições norte-americanas e em Brasília, onde o governo segue discutindo medidas na área fiscal.

O cenário mudou no início da tarde quando surgiu a informação de que uma reunião na Casa Civil do governo em Brasília, para discutir cortes de gastos, havia sido antecipada das 16h para as 14h10.

IstoÉDinheiro

Alvorecer – Associação de Socorros Mútuos

CNPJ/MF nº 62.511.019/0001-50

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

O Diretor Presidente da **Alvorecer – Associação de Socorros Mútuos**, em cumprimento aos arts. 16º, I, e 17º de seu Estatuto Social, convoca todos os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 14 de novembro de 2024, às 9h00 em primeira convocação, com a presença mínima da metade mais um de seus membros e, em segunda convocação, às 9:30 h, com qualquer número de associados presentes, na sede da Associação, situada na Alameda Santos, 1827, 11º andar, conjunto 111, Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01419-100, para discutir e deliberar sobre os temas constantes da seguinte ordem do dia: a) Apreciar e aprovar a prestação de contas da Diretoria Executiva; b) Aprovar o orçamento geral da ASSOCIAÇÃO elaborado pela Diretoria Executiva, bem como as demais programações propostas para o ano seguinte; c) Apreciar os relatórios das atividades sociais do exercício findo apresentado pelo Diretor-Presidente; d) Tomar providências quanto a irregularidades atribuíveis a Diretoria Executiva, afastamento, se necessário, de seus membros por falta de cumprimento de seus deveres e eleição de novos associados para ocupar os cargos vagos. São Paulo, 5 de novembro de 2024. Dr. **Silvio José Ferraz Tavares**, Diretor Presidente.

Instituto Nacional Unimed

CNPJ/MF nº 19.449.774/0001-22

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores associados do Instituto, na forma de seu artigo 18º do seu Estatuto Social, convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se exclusivamente na modalidade digital, no dia 13 de novembro de 2024, às 10h, em 1ª convocação, e às 10h30, em segunda convocação, com a seguinte ordem do dia: (i) Dissolução do Instituto; (ii) Nomear o responsável pela guarda e preservação da documentação do Instituto; (iii) Destinação do patrimônio (bens ativos e passivos). A participação deverá ser feita ao endereço eletrônico juridico@unimed.coop.br para fins de registro e admissão à Assembleia Geral Extraordinária; sendo o link encaminhado para os associados até 5 (cinco) dias antes da realização da Assembleia. São Paulo/SP, 05 de novembro de 2024. **Omar Abujamra Junior** – Presidente. (05, 06 e 07/11/2024)

Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,5396
Dólar (EUA) - 5,7846
Franco (Suíça) - 6,6928
Iene (Japão) - 0,03805
Libra (Inglaterra) - 7,5217
Peso (Argentina) - 0,005827

Peso (Chile) - 0,006048
Peso (México) - 0,285
Peso (Uruguai) - 0,1391
Yuan (China) - 0,8142
Rublo (Rússia) - 0,0593
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,3069

Publicidade Legal

DM Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ/MF nº 37.555.231/0001-71 – NIRE 35.300.552.237

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2024

Data, Hora e Local: Dia 27/09/2024, às 08:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, Torre B, 3º andar, sala 07 – Condomínio Aquarius Center, I São José dos Campos-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Denis César Correia; Secretário: Tharik Camocardi de Moura. **Deliberações:** Os acionistas decidiram, sem ressalvas, aprovar o aumento de capital social da Companhia, de R\$ 2.384.655,00 para R\$ 2.734.655,00, representando um aumento de capital de R\$ 350.000,00, mediante a emissão de 350.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em razão da deliberação ora aprovada, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º O capital social da Companhia é de R\$ 2.734.655,00, dividido em 2.734.655 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, havendo sido integralizado em moeda corrente nacional". Tendo em vista as deliberações acima aprovadas, os acionistas decidem aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social, o qual passará a vigorar com a redação constante no Anexo II. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São José dos Campos, 27/09/2024. **Denis César Correia** – Presidente da Mesa; **Tharik Camocardi de Moura** – Secretário da Mesa. **Acionistas:** Denis Cesar Correia; DMC Core Holding Financeira S.A.; Denis Cesar Correia – Diretor Presidente; Tharik Camocardi de Moura – Diretor Financeiro. **Anexo II: Estatuto Social: Capítulo I – Nome, Sede, Foro e Duração: Artigo 1º.** A DM Sociedade de Crédito Direto S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações fechada, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro jurídico na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Avenida Cassiano Ricardo, 521, Torre B, 3º andar, Sala 7 – Condomínio Aquarius Center, Jardim Aquarius, CEP 12246-870. **§ Único:** A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir ou encerrar filiais, no território nacional e/ou no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **Capítulo II – Objeto Social: Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto a prática de (i) operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; (ii) emissão de moeda eletrônica e gestão de conta de pagamento pré-paga; (iii) prestação de serviços de análise de crédito e cobrança; (iv) participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, exceto instituições financeiras; e (v) atuação como representante de seguros relacionados aos empréstimos. **Capítulo III – Capital Social e Ações: Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 2.734.655,00, dividido em 2.734.655 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, havendo sido integralizado em moeda corrente nacional. **§ 1º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, as quais serão tomadas na forma da legislação aplicável, sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social. **§ 2º.** Os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações decorrentes do aumento do capital social, fixando-se o prazo de 30 dias contados da data da publicação da respectiva deliberação para o exercício de preferência, observada a regulamentação do Banco Central do Brasil. **Capítulo IV – Assembleias Gerais: Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **§ 1º.** A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **§ 2º.** As convocações para as Assembleias Gerais deverão informar, detalhadamente, a ordem do dia. Não serão aprovadas, e serão consideradas nulas, deliberações referentes a matérias que não estejam expressamente contidas na convocação, exceto se aprovadas por acionistas representando 100% do capital social. **§ 3º.** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. **§ 4º.** O acionista pode fazer representar-se na Assembleia Geral por procurador, constituído na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976 ("Lei das S.A.s"). **Artigo 7º.** A Companhia deverá sempre preparar e manter precisas e completas as atas de Assembleias de Acionistas, as quais deverão precisamente registrar todas as deliberações tomadas, incluindo as discussões relacionadas a assuntos que não forem objeto de decisões consensuais. **Artigo 8º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas que representem a maioria absoluta do capital social votante da Companhia, não se computando os votos em branco. **Artigo 9º.** A Assembleia Geral da Companhia terá competência para deliberar sobre as matérias previstas na Lei nº 6.404 de 15/12/1976 e sobre as seguintes matérias, respeitando o quórum qualificado equivalente à aprovação de ações representativas de 75% do capital votante da Companhia: (a) deliberar sobre a emissão de ações, bônus de subscrição ou títulos e valores mobiliários, incluindo, mas não se limitando a emissão de debêntures, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização, prazo e forma para o exercício do direito de preferência e outras condições da emissão; (b) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, prestação de garantias a obrigações de terceiros; e (c) aprovar qualquer fusão, cisão, incorporação e dissolução da Companhia. **Capítulo V – Administração: Artigo 10.** A Companhia será administrada pela Diretoria. **Artigo 11.** Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos por um mandato de 2 anos, se estendendo até a investidura de novos membros eleitos, sendo permitida a reeleição. **Capítulo VI – Diretoria: Artigo 12.** As operações do dia a dia da Companhia serão geridas pela Diretoria, cujas funções, obrigações e direitos estão previstos no Estatuto Social e na legislação aplicável. Os Diretores e candidatos a preencherem a posição de Diretor deverão residir no Brasil, ser profissionalmente qualificados para desempenhar suas funções e gozarem de boa reputação. **§ Único:** Sem prejuízo do disposto acima, compete à Diretoria, dentre suas demais atribuições, a aprovação, implementação e revisão de estruturas, políticas e

relatórios da Companhia sobre (i) governança e controles internos; (ii) a prevenção aos crimes de que trata a Lei nº 9.613, de 03/03/1998; e (iii) o gerenciamento de riscos. **Artigo 13.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 e, no máximo, 6 membros. Os Diretores da Companhia reportarão à Assembleia Geral periodicamente, conforme solicitado e/ou conforme determinado neste Estatuto Social. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até que seus sucessores eleitos pela Assembleia Geral tomem posse de seus cargos. **§ Único:** Observado o descrito acima, a Diretoria será composta, no mínimo, por um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e um Diretor Financeiro. **Artigo 14.** Na hipótese de renúncia de um dos Diretores ou diante de vacância na Diretoria, uma Assembleia Geral deverá ser convocada em até 8 dias a fim de eleger um Diretor substituto, o qual deverá tomar posse de seu cargo imediatamente. **Artigo 15.** A Diretoria terá amplos poderes para administrar a Companhia e para realizar todos os atos e operações relacionadas ao objeto social, observando as disposições do Artigo 10. **Artigo 16.** Observado o disposto no Artigo 10, a Companhia poderá ser representada e se obrigará a realizar todos os atos necessários para atingir seu objeto social, e será representada ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, observadas as disposições legais, deste Estatuto Social e das deliberações tomadas em Assembleia Geral: (a) pela assinatura isolada do Diretor Presidente; (b) pela assinatura conjunta de 2 Diretores em conjunto; ou (c) pela assinatura conjunta de qualquer um dos Diretores e de 1 procurador devidamente investido com poderes específicos em processos judiciais, administrativos e perante órgãos públicos. **§ 1º.** As procurações serão sempre outorgadas pelo Diretor Presidente, sendo que estabelecerão os poderes do procurador e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, não terão prazo de validade superior a 3 anos. **§ 2º.** A Companhia somente estará vinculada a quaisquer contratos e/ou instrumentos cujo valor individual exceda R\$ 1.000.000,00 caso sejam firmados por dois Diretores em conjunto. **Artigo 17.** Todo e qualquer ato praticado pelos membros da Diretoria, por procuradores ou por funcionários da Companhia que foram estranhos ao objeto social e/ou aos negócios da Companhia serão expressamente proibidos e serão nulos e inoperantes. **Capítulo VII – Conselho Fiscal: Artigo 18.** A Companhia possuirá um Conselho Fiscal não permanente, composto por 3 membros e respectivos suplentes. O Conselho Fiscal será eleito e instalado pela Assembleia Geral em conformidade com as disposições legais aplicáveis. **Capítulo VIII – Ouvidoria: Artigo 19.** A Companhia terá uma Ouvidoria, composta por um Ouvidor, que será nomeado pela Diretoria dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos. O Ouvidor terá mandato de 36 meses, sendo permitida a reeleição. A Diretoria poderá destituir o Ouvidor a qualquer tempo, a seu critério, ou caso o mesmo descumpra as atribuições previstas neste Capítulo. **§ 1º.** A Ouvidoria contará com condições adequadas para seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção. **§ 2º.** É assegurado o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades. **Artigo 20.** São atribuições da Ouvidoria: (a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da instituição; l. o atendimento primário é realizado através do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC); (b) atuar como canal de comunicação entre a Companhia e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; (c) informar à Diretoria da Companhia a respeito das atividades de Ouvidoria; (d) receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços da Companhia, que não forem solucionadas por outros canais fornecidos pela Companhia; (e) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; (f) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 10 dias úteis; (g) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado no item (f) acima; (h) manter a Diretoria da Companhia informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Companhia para solucioná-los; e (i) elaborar e encaminhar à auditoria interna e à Diretoria da Companhia, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo as proposições de que trata o item (h) acima. **Capítulo IX – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros: Artigo 21.** O exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as Demonstrações Financeiras previstas em lei. **§ 1º.** Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976. **§ 2º.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em qualquer outra periodicidade, para apuração dos lucros dos respectivos períodos, que poderão ter a destinação eleita pelos acionistas. **§ 3º.** A Companhia poderá pagar juros sobre capital próprio, nos termos do Artigo 9º, § 7º, da Lei Federal nº 9.249/95 e legislação pertinente, cujos valores totais poderão ser considerados como parte do dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo X – Liquidação: Artigo 22.** Na hipótese de liquidação da Companhia, deverão ser adotados e observados os procedimentos legais. A Assembleia Geral deverá nomear um liquidante para administrar a Companhia durante o período de liquidação. **Capítulo XI – Jurisdição e Solução de Conflitos: Artigo 23.** Este Estatuto Social será regido e interpretado pelas leis do Brasil. **Artigo 24.** A Companhia, seus acionistas, Diretores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), elegem o Foro da Comarca de São José dos Campos/SP para dirimir quaisquer questões relacionadas ou oriundas, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disciplinas contidas na Lei nº 6.404 de 15/12/1976 e nesse Estatuto Social. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 390.278/24-5 em 31/10/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

DÓLAR compra/venda Câmbio livre BC - R\$ 5,784 / R\$ 5,7846 **
Câmbio livre mercado - R\$ 5,7442 / R\$ 5,7462 *
Turismo - R\$ 5,7954 / R\$ 5,9754
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,63%
BOLSAS B3 (Ibovespa) Variação: 0,11% Pontos: 130.660 Volume financeiro: R\$ 19,534 bilhões
Maiores altas: Eletromidia ON (43,98%), WETZEL S/A PN (18,75%), Viveo ON (18,18%)
Maiores baixas: Paranap- nema ON (-8,49%), BRB PN (-7,81%), Infracomm ON (-7,14%)
S&P 500 (Nova York): 1,23%
Dow Jones (Nova York): 1,02%
Nasdaq (Nova York): 1,43%
CAC 40 (Paris): 0,48%
Dax 30 (Frankfurt): 0,57%
Financial 100 (Londres): -0,14%
Nikkei 225 (Tóquio): 1,11%
Hang Seng (Hong Kong): 2,14%
Shanghai Composite (Xangai): 2,32%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 2,53%
Merval (Buenos Aires): 2,08%
IPC (México): -0,08%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA/IBGE Dezembro 2023: 0,56% Janeiro 2024: 0,42% Fevereiro 2024: 0,83% Março 2024: 0,16% Abril 2024: 0,38% Maio 2024: 0,46% Junho 2024: 0,21% Julho 2024: 0,38% Agosto 2024: -0,02% Setembro 2024: 0,44%

Global Products Solutions Latin América Indústria e Comércio S.A.

CNPJ nº 03.977.536/0001-50

A Global Products Solutions Latin América Indústria e Comércio S/A., é uma companhia que tem por objeto social a atividade de importação e exportação de produtos, por encomenda ou para venda direta; comercialização e distribuição de produtos para qualquer propósito, representação comercial e agenciamento de comércio de mercadorias em geral, dentre outros. Constituída em 02 de agosto de 2000 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da companhia é Alameda

Tocantins, 630, Galpão 1 - Alphaville Centro - Barueri - SP. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo Score, as quais atuam integradamente, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Controladora		Consolidado		Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
	2023	2022	2023	2022						
Ativo circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	17	137	1.024	446						
Contas a receber de clientes	35.033	39.309	39.982	48.963						
Estoques	8.579	13.598	8.651	14.523						
Tributos a recuperar	2.860	6.182	3.468	6.961						
Outros ativos	1.088	1.395	1.554	1.392						
Total do ativo circulante	47.577	60.621	54.679	72.285						
Ativo não circulante										
Impostos diferidos ativo	2.824	588	2.824	588						
Investimentos	3.364	2.540	-	-						
Imobilizado	4.565	4.642	4.583	4.660						
Intangível	272	396	272	396						
Direito de uso	51	257	51	257						
Total do ativo não circulante	11.076	8.423	7.730	5.901						
Total do ativo	58.653	69.044	62.409	78.186						
Passivo circulante										
Empréstimos	9.664	2.871	9.714	2.872						
Fornecedores e risco sacado	30.404	32.743	33.376	39.698						
Obrigações tributárias	2.598	4.705	2.783	6.113						
Obrigações trabalhistas	952	897	952	897						
Partes Relacionadas	1.648	7.356	1.648	7.356						
Dividendos a pagar	1.062	5.465	2.169	5.492						
Outros passivos	1.401	1.042	791	1.734						
Total do passivo circulante	47.729	55.079	51.433	64.162						
Passivo não circulante										
Outros passivos	67	68	67	68						
Total do passivo não circulante	67	68	67	68						
Patrimônio líquido										
Capital social	12.735	12.735	12.735	12.735						
Reserva legal	668	1.988	668	1.988						
Ajustes acumulados de conversão	(2.546)	(826)	(2.546)	(826)						
Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	10.857	13.897	10.857	13.897						
Participação de não controladores	-	-	52	59						
Total do patrimônio líquido	-	-	10.909	13.956						
Total do passivo e patrimônio líquido	58.653	69.044	62.409	78.186						
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES										
	Controladora	Consolidado								
	2023	2022	2023	2022						
Lucro líquido do exercício	951	5.753	1.088	5.780						
Ajustes acumulados de conversão	(1.720)	(682)	(1.864)	(739)						
Resultado abrangente total do exercício	(769)	5.071	(776)	5.041						
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA										
	Controladora	Consolidado								
	2023	2022	2023	2022						
Lucro líquido do exercício	951	5.753	1.088	5.780						
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais										
Depreciações e amortização	2.888	2.425	2.896	2.425						
Depreciação direito de uso	206	137	206	137						
Resultado de equivalência patrimonial	(1.706)	(604)	-	-						
Perdas esperadas no contas a receber	-	312	-	312						
Fluxo líquido do exercício	951	5.753	1.088	5.780						
Fluxo de caixa das atividades de investimento										
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(2.884)	(1.978)	(2.892)	(1.982)						
Fluxo de caixa das atividades de financiamento										
Pagamento de empréstimos	(2.871)	(333)	(2.872)	(336)						
Captação de empréstimos	9.425	2.840	9.475	2.841						
Distribuição de Dividendos	(9.670)	(10.394)	(9.670)	(10.560)						
Partes Relacionadas	1.648	7.356	1.648	7.356						
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(1.468)	(531)	(1.419)	(699)						
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa:										
No início do exercício	137	160	446	861						
No fim do exercício	17	137	1.024	446						
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(120)	(23)	578	(415)						

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 01/07/2024. A Diretoria da Companhia declarou que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações contábeis da Companhia e com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31/12/2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis a entidades de pequeno e médio porte, especificamente à Interpretação Técnica Geral (ITG) 1000, conforme Resolução do CFC, número 1.148/2012.

A DIRETORIA

Mauro Faustino da Silva Junior - Vice-Presidente de Finanças

Claudemir Aparecido de Carvalho - Contador - CRC 1SP193253/0-8

Negócios

Itaú Unibanco deve ter dividendo extraordinário



O presidente-executivo do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho, afirmou nesta terça-feira que “certamente” o banco pagará dividendos extraordinários referentes ao exercício de 2024, com base nas informações que dispõe atualmente.

“Nada mudou em relação à nossa expectativa de um dividendo extraordinário”, afirmou o executivo a jornalistas após o maior banco do país em ativos reportar na véspera lucro de 10,675 bilhões de reais no terceiro trimestre.

“A discussão é sobre qual é o tamanho do dividendo”, disse Maluhy Filho, acrescentando que a divulgação dessa decisão deve ocorrer no começo de 2025, quando será

publicado o balanço de 2024, bem com as projeções do banco para o próximo exercício.

Para o exercício de 2023, quando teve lucro líquido gerencial de 35,6 bilhões de reais, o Itaú distribuiu 21,5 bilhões de reais em juros sobre capital próprio e dividendos, sendo que 11 bilhões foram dividendos adicionais.

Na bolsa paulista, por volta de 10h50, as ações preferenciais do Itaú avançavam 2,64%, a 36,21 reais, enquanto o Ibovespa, referência do mercado acionário brasileiro, cedia 0,21%.

Na visão de analistas do Safra, o resultado do Itaú reforçou a capacidade do banco de aumentar receitas e crescer capital com um ROE robusto de 23%. Além disso, o lucro

no trimestre superou nossa estimativa em 3%, em grande parte explicado pela reversão de provisão para Americanas.

O Maluhy Filho também afirmou que não há qualquer mudança no apetite a risco de crédito do banco, afirmando que as provisões do Itaú estão adequadas e que ele continua enxergando uma performance favorável para a inadimplência. O Itaú “tem sido capaz de crescer o portfólio com uma qualidade de crédito, com uma qualidade de portfólio bastante grande”, afirmou o executivo.

O banco revisou sua provisão para a carteira de crédito para um crescimento entre 9,5% e 12,5% para 2024, de estimativa anterior de expansão de 6,5% a 9,5%. IstoÉDinheiro

Fenatran 2024 exhibe caminhões movidos por combustíveis renováveis e protótipo que roda com diesel e eletricidade



A edição 2024 da Fenatran, principal feira do setor de transporte no Brasil, destaca as alternativas para descarbonizar o segmento. O diesel ainda prevalece entre os caminhões exibidos na São Paulo Expo (zona sul de São Paulo), mas soluções eletrificadas aparecem em destaque, principalmente para aplicações urbanas.

Dona do maior estande da feira, a Volkswagen Caminhões e Ônibus apresenta três alternativas diferentes com foco na descarbonização. Para o uso urbano, o destaque é o VUC (veículo urbano de carga) e-Delivery. O modelo 100% elétrico chega à linha 2025 com mais torque e novo sistema de recarga.

Entre os caminhões pe-

Energia furtada no Brasil daria para atender todo o Estado da Bahia, diz diretor da Aneel

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, disse nesta terça-feira, 5, que o percentual de energia furtada no Brasil é de 6,7%, patamar suficiente para atender o consumo de todo o Estado da Bahia.

O Estado do Amazonas tem a situação mais crítica, com 35% do total da energia produzida sendo furtada. O Amapá tem 30%, Rio de Janeiro 20% e o Pará 15%, de acordo com o balanço apresentado, em reunião ordinária.

“A energia furtada no país é equivalente a toda a energia da usina de Belo Monte. Em termos de consumo, a energia furtada no Brasil daria para atender todo o Estado da Bahia, o quarto maior da Federação”, afirmou Feitosa.

A diretoria da Aneel discutiu na reunião desta terça-feira um pedido de Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da Light Serviços de Distribuição S.A, que atua no Estado do Rio de Janeiro. A empresa havia pedido a alte-

ração dos percentuais de perdas não técnicas regulatórias. A Aneel negou o pedido, por entender que não haveria autorização contratual.

Essas perdas decorrem de ligação clandestina ou desvio direto da rede, bem como fraude de energia (adulteração no medidor) – conhecida como “gato”. O índice de energia produzida, mas não comercializada, é repassado na tarifa de energia dos consumidores.

“Há severos desequilíbrios econômicos nos prestadores de serviços que não conseguem ter níveis de perda compatíveis com os regulamentos (limites estabelecidos pela Aneel)”, declarou Feitosa.

O problema com furto de energia é um dos principais gargalos da Amazonas de Energia, que está em processo de mudança de comando societário. A operação da concessionária tem histórico de sucessivos déficits, sem caixa suficiente para bancar os gastos com as atividades de distribuição. IstoÉDinheiro



sados da empresa, há o lançamento do Constellation 26.280 movido a biometano, que iniciará testes em frotas de clientes a partir de 2025. A maior atração, contudo, é o protótipo Meteor Hybrid.

“O veículo elétrico, principalmente para longas distâncias, depende muito de infraestrutura. O que nós estamos propondo com o Meteor híbrido é ajustar a utilização da tecnologia elétrica de baterias normais aliada ao diesel, onde não há dependência dessa infraestrutura”, diz Roberto Cortes, CEO da Volkswagen Caminhões e Ônibus.

“Estamos convencidos de que essa é uma aplicação que se adequa às realidades brasileiras. Vamos sentir a reação dos frotistas.”

Cortes afirma ainda que não vê chance do retorno de caminhões movidos a etanol. “Logo no primeiro ano da Autolatina [antiga parceria com a Ford], nós desenvolvemos o caminhão a etanol. Hoje sabemos que ele não é produtivo, não é eficiente. Portanto, ele não se paga.”

A Iveco também aposta na eletrificação para as entregas urbanas. Resultado de R\$ 100 milhões em investimento nos modelos a bateria, o furgão eDaily chega à Fenatran com PBT (Peso Bruto Total) de até 7,2 toneladas. A autonomia máxima é estimada em 300 quilômetros. A marca italiana exhibe ainda as linhas de caminhões Tector e S-Wayo segundo é exibido em série especial alusiva à banda Metallica. Eduardo Sodré/Folhapress